

Historicidade e bases pedagógicas fundantes da Escola Municipal de Educação Básica Mutirão: o que revelam os documentos

Resumo

O presente trabalho justifica-se pelo interesse em aprofundar o conhecimento quanto à historicidade da Escola Municipal de Educação Básica Mutirão (EMEB), situada no Bairro Habitação, sendo que a constituição de ambos ocorreu no momento histórico brasileiro ligado ao início do processo de democratização, nos anos finais da ditadura militar instaurada no País. À época tiveram início os movimentos sociais, sendo que na cidade de Lages – SC esse período histórico se caracterizou como um momento de mobilização da população, com o apoio de lideranças políticas inconformadas com o regime de governo vigente, buscando a instauração de um processo democrático. O estudo teve como objetivo geral resgatar as práticas pedagógicas desenvolvidas entre 1981 e 1996 na EMEB Mutirão, fundadas na Prática Educativa Libertadora de Paulo Freire. Foi realizada pesquisa por levantamento documental, com interpretação baseada em análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin. Constatou-se que os achados correspondem em parte ao que está na voz da população, confirmando que a opção pela base teórica proposta por Paulo Freire se efetivou como fundante, em correspondência ao desejo de participação comunitária por parte da população de Lages, na construção do Bairro Habitação.

Palavras-chave: Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. Participação comunitária. Historicidade.

Marilu Diez Lisboa
UNIPLAC
marilu@instserop.com.br

Elisete Lemos Machado
Prefeitura Municipal de Lages
zetelemos@hotmail.com

A título de introdução

O interesse que gerou a realização desta pesquisa surgiu do desejo em refletir sobre as práticas pedagógicas adotadas desde a criação da Escola Municipal de Educação Básica Mutirão (EMEB), fundada em 1981, que se estenderam, mesmo que incluindo mudanças, até 1996, quando da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96.

Trazer e focar a discussão a partir das vivências nesse educandário deve-se ao fato de sua origem coincidir com um período em que os moradores do Bairro Habitação, onde se situa essa EMEB, tinham um forte envolvimento com práticas de participação comunitária, justificando a adoção da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire.

Para Freire, o educador precisa falar a linguagem do aluno e entendê-lo como sujeito, dentro da sua vivência, pois se isso não ocorrer não haverá troca de saberes. Ao falar de experiências vividas, diz o autor:

Os momentos que vivemos ou são instantes de um processo anteriormente iniciado ou inauguram um novo processo de qualquer forma referido a algo passado. Daí que eu tenha falado antes no “parentesco” entre os tempos vividos que nem sempre percebemos, deixando assim de desvelar a razão de ser fundamental do modo como nos experimentamos em cada minuto (FREIRE, 1997, p. 10).

A autora deste estudo vivenciou a construção do Bairro Habitação, como moradora, com sua família e, posteriormente, como professora na EMEB Mutirão. Estas vivências se constituíram como marcas dos tempos vividos nesses dois contextos sociais: bairro e escola.

O valor que a escola tinha para a comunidade era incomum, possivelmente devido aos fortes vínculos entre esses dois contextos, pela forma como foram construídos. Os pais de alunos, habitantes e construtores do bairro, em geral não mediam esforços para instituir a EMEB Mutirão e, posteriormente, junto com a diretora e o corpo docente, colaboravam e tomavam decisões no que dizia respeito à melhoria da qualidade do ensino e ao patrimônio da escola, por entenderem que esta pertencia à comunidade. “A participação na escola gera aprendizado político para a participação na sociedade em

geral” (GOHN, 2011, p. 347). Neste sentido, concretizou-se uma ação mais efetiva da sociedade na luta por espaços de participação nas decisões do bairro e da escola, vinculada a um movimento que ocorria na comunidade lageana, propiciada por iniciativa do governo municipal da época.

Assim, a EMEB Mutirão foi instituída na comunidade a partir de práticas pedagógicas inovadoras, tendo em vista o sentimento de pertencimento da comunidade que à época lá vivia.

No presente caso tratava-se de uma população movida pelo desejo de ter melhores condições culturais e sociais, com as quais a pesquisadora se identificava. Assim, nunca desistiu deste ideal, mesmo diante de muitas dificuldades, por acreditar que os seres humanos são capazes de transformar a realidade. Freire (1986, p.4) afirma que “O papel do trabalhador professor/cidadão se dá no processo de mudança em si, mas num domínio mais amplo. Domínio do qual a mudança é uma das dimensões”.

Para Freire, essa mudança se traduz pela via da população não permanecer na ignorância e no comodismo. Se marginalizados por um Estado que oprime, há também muitas pessoas dentro deste contexto que pensam e agem, pois “Mudança e estabilidade resultam ambas da ação, do trabalho que o homem/sujeito exerce sobre o mundo [...] ao responder os desafios [...] cria se mundo: o mundo histórico-cultural” (FREIRE, 1986, p.46).

As práticas baseadas na Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire, adotadas no período de fundação do Grupo Escolar Municipal Mutirão (GEM), assim chamado à época de sua fundação, são no presente estudo reavivadas a partir de discussões fundamentadas cientificamente, visando uma avaliação mais profunda e seu registro organizado, a partir do desejo desta pesquisadora.

A pesquisa teve como objetivo geral resgatar as práticas pedagógicas desenvolvidas entre 1981 e 1996 na EMEB Mutirão – nome adotado posteriormente à sua fundação – fundamentadas por Paulo Freire, buscando comprovar cientificamente suas bases teóricas e a implantação da prática educativa libertadora, contando com a participação comunitária.

E como objetivos específicos: Investigar qual(is) a(s) origem(ens) determinante(s) para a implantação das práticas pedagógicas na escola Mutirão; resgatar a possível relação entre as práticas pedagógicas adotadas pela EMEB Mutirão e as práticas de participação comunitária, ambas exercidas pela população de moradores do Bairro Habitação; e levantar se houve referenciais teóricos e legais que serviram como base para as práticas pedagógicas instituídas no período estudado.

A pesquisa concretizou-se por meio de análise documental, centrando-se na leitura e análise de documentos, leis, atas, notícias divulgadas em jornais, periódicos, fotos, entre outros documentos, sobre fatos históricos.

Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011). Foram elaborados quadros explicativos sobre as categorias de análise encontradas.

A EMEB Mutirão foi palco de experiências pedagógicas que tiveram repercussão na época, por parecerem estar à frente dos tempos então vividos. Isto porque tais experiências foram desenvolvidas antes mesmo de se tornarem leis, pois ocorreram anteriormente à promulgação da LDB 9.394/96.

Historicidade da EMEB Mutirão: fatos e processos formativos

Ao ser construída a escola, antes mesmo de sua finalização e, não contando com o mobiliário, as aulas tiveram início. Essa decisão veio ao encontro da perspectiva da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, prática que exigiu a criatividade dos professores, que ministravam as aulas em espaços alternativos. Assim, a falta de mobiliário não foi empecilho para o início das atividades escolares, uma vez que o novo projeto pedagógico propunha transformar o cotidiano escolar em aulas criativas e prazerosas. Ocupar as crianças foi um desafio que resultou em práticas não convencionais, diferentemente dos modelos vigentes na época.

Nesse período, as crianças puderam preparar/decorar sua sala de aula, não com papel, fitas e adereços, até porque não havia recursos financeiros, mas, com criatividade, utilizando restos de tintas: fizeram um grande painel que, além de embelezar o ambiente,

transformou cada sala de aula num espaço singular. Com base em Brandão (2001, p. 10), valida-se o que é entendido por Educação e Escola, na proposta em questão.

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as contáveis práticas dos mistérios do aprender, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos. A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como a vida.

Em 1985 foi implantado em uma escola municipal de Lages um novo projeto, pela Secretaria Municipal de Educação, denominado de Programa Infantil Popular de Assistência (PIPA). Em 1986 o Projeto PIPA foi implantado na EMEB Mutirão, trazendo mudança significativa na rotina escolar. Nessa época o nome da escola permanecia como Grupo Escolar Mutirão (GEM), pois a nomenclatura foi sendo alterada conforme o aumento de alunos na mesma.

Como parte do Projeto PIPA, que incluía práticas inovadoras, O GEM Mutirão implantou o projeto Escola Cidadã, que visava propiciar aos alunos condições de praticarem a cidadania, buscando a construção de uma sociedade mais justa e humanizada a partir a partir do seu contexto. Esse projeto foi embasado na pedagogia Problematizadora de Paulo Freire, tendo como um forte princípio a conexão com a comunidade, que usufruía de seu espaço no período noturno e nos finais de semana para reuniões dos AAs (Alcoólicos Anônimos), aulas de catequese, curso de dança, ensaio da escola de samba e distribuição de sopão para famílias carentes. Muitos projetos aconteceram, mas isso só foi possível porque à frente dos trabalhos desenvolvidos na escola estava uma diretora eleita, que participou como professora do processo de construção do espaço físico e pedagógico da Escola Mutirão. Cabe registrar que também houve períodos de estagnação, quando pessoas alheias à história e ao processo assumiram a direção da escola.

O espírito solidário fazia-se presente naquela instituição de ensino, sendo esta uma característica marcante, pois todos trabalhavam de maneira integrada. Cabe

registrar que esse ânimo foi fundamental para a implementação da escola por ciclos. Quando este sistema foi implantado, um novo tempo entraria na história daquela instituição, palco de muitas experiências pedagógicas. Com os ciclos, fixou-se como objetivo permitir a inserção dos alunos fora da idade série, conforme autorização da LDB:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (Lei de Diretrizes e Base da Educação — LDB 9.394/96, Art. 23).

As atas consultadas indicam que o auxílio financeiro vinha de diferentes promoções organizadas pela escola. Comunidade, políticos e outros se uniam em torno do projeto aqui discutido, segundo o que mostram os achados a seguir.

Foi possível entender que desde o início da caminhada os moradores do Bairro Habitação aprenderam a não adotar uma postura passiva e desenvolveram o senso de participação (luta intelectual), pelo interesse em melhorias para a comunidade. Assim, foram adotadas práticas de convocar os representantes do povo para atuarem juntos e reivindicarem o que não estava ao seu alcance. Neste sentido, ilustra Gadotti: “Numa democracia, fundada nos princípios de autonomia e participação, a educação é ao mesmo tempo fator e produto da sociedade” (1995, p. 94).

Na primeira metade da década de 1990 foram concluídas as obras da chamada ‘nova escola’, também arquitetada de acordo com os princípios do prédio original, levantado pela população em mutirão. Essa, construída na administração do prefeito Décio Ribeiro¹ possui as salas unidas umas às outras. Assim, a escola mantém o formato em círculo e, em consequência, o pátio interno, a área externa que a cerca, assim como o anfiteatro, são também dispostos em círculo, seguindo o projeto da escola na sua totalidade. E o muro, construído posteriormente, foi posicionado igualmente em círculo.

Os achados do presente estudo mostram que a escola veio redimensionando a si mesma, reformulando suas ações por meio da colaboração dada pela comunidade, de

¹Décio da Fonseca Ribeiro, prefeito eleito para a gestão 1997-2000 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Lages- SC.

acordo com seus anseios, interesses e preocupações. No presente caso, a gestão democrática, mantida como princípio pedagógico e tendo como base o preceito constitucional, não se restringiu apenas à escola, mas a todos os níveis da sociedade. Assim, convém lembrar que “a gestão democrática do sistema, em todas as esferas de organização, é um princípio basilar a partir do qual se fortalecem espaços de participação e de pactuação já instituídos e por instituir” (MARQUES *et al.*, 2013, p.03). Desta forma, pode-se compreender a participação dos políticos aqui referenciados no processo de manutenção da escola Mutirão.

Cabe frisar que, por meio de registro em atas, a comunidade do Bairro Habitação desfrutava do espaço físico da escola para a realização de eventos, havendo uma efetiva interação entre comunidade e escola. Como afirma Freire:

A qualidade dessa escola deverá ser medida não apenas pela quantidade de conteúdos transmitidos e assimilados, mas igualmente pela solidariedade de classe que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola - incluindo pais e comunidades - tiverem de utilizá-la como um espaço para a elaboração de sua cultura (2005 p. 15-16).

A cultura instituída pela comunidade do Bairro Habitação concretizou-se e permaneceu durante os anos aqui estudados, segundo a afirmação de Freire, principalmente para os que vivenciaram esse período, observando seus pais e professores tratarem com zelo o patrimônio físico. A convivência se dava pautada no princípio da liberdade de entrar e sair do recinto da escola livremente, e com outros objetivos que não somente o da aprendizagem formal.

Complementando, Paro contribui trazendo o que é para ele compromisso do projeto educacional:

[...] deve ter como meta a constituição, na escola de um novo trabalhador coletivo que, sem os constrangimentos da gerência capitalista e da parcelarização desumana do trabalho, seja uma decorrência do trabalho cooperativo de todos os envolvidos no processo escolar, guiados por uma ‘vontade coletiva’, em direção ao alcance dos objetivos verdadeiramente educacionais da escola (1988, p. 160).

O que se pode concluir é que, neste modelo de participação, já aconteciam essas práticas da comunidade se organizar e participar por livre vontade, sem nenhum tipo de remuneração.

Ao final da década de 1980 o Conselho de Pais e Professores (CPP) da escola tomava decisões, invariavelmente sem passar pela aprovação da diretora, pois à época os líderes da comunidade, como agentes dos seus processos, tinham facilidade em acessar o poder público. Da mesma forma, o CPP tinha liberdade de tomar decisões sem passar pela burocracia do sistema educacional, principalmente no que diz respeito à contratação ou demissão de funcionários, como demonstra a ata abaixo.

A diretora Nazarét Matos Mortari, colocou aos presentes a situação dos contratados pelo CPP. Três merendeiras, um hortelão e o vigia noturno. Como o contrato dos mesmos venceu agora dia 15 de fevereiro [...] juntos veremos outra solução. O presidente do CPP falou que se já há pessoas colocadas e estão satisfazendo as necessidades da escola não há necessidade de contratar novas pessoas (ATA de 21 de fev. de 1989).

Compreende-se que a elaboração de novas práticas ocorre entre erros e acertos, pois é assim que o indivíduo aprende a elaborar novas formas de saber. Neste sentido, “[...] há uma sabedoria popular, um saber que gera na prática social de que o povo participa, mas às vezes, o que está faltando é uma compreensão mais solidária dos temas que compreendem o conjunto do saber” (FREIRE, 1986, p. 14).

No caso da EMEB Mutirão essa prática foi instituída desde o seu início, sob a responsabilidade da equipe administrativa da Prefeitura, em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação de Lages, na gestão do prefeito Dirceu Carneiro que, entre outras importantes ações, trouxe o professor Paulo Freire para conhecer o projeto pedagógico e as obras do Bairro Habitação e da Escola Mutirão.

Nesta linha de trabalho, Freire (2001, pp. 29-30) ressalta a importância dos conteúdos na formação crítica dos alunos. Para o autor, a articulação entre os conteúdos escolares e a realidade dos educandos propicia que os alunos se percebam como sujeitos capazes de agir e transformar a realidade.

[...] numa prática educativa conservadora competente se busca, ao ensinar os conteúdos, ocultar a razão de ser de um sem-número de problemas sociais, numa prática educativa progressista, competente também, se procura, ao ensinar os conteúdos, desocultar a razão de ser daqueles problemas. A primeira procura acomodar, adaptar os educandos ao mundo dado; a segunda, inquietar os educandos, desafiando-os para que percebam que o mundo dado é um mundo dando-se e que, por isso mesmo, pode ser mudado, transformando, reinventando [...].

Assim, a formação que se pretende não pode estar separada dos conteúdos escolares, sendo que deve-se acrescentar aos currículos aulas sobre democracia, valores e cidadania. Nessa perspectiva a formação dos educandos não pode estar pautada em práticas tradicionais, mas deve ser objeto de reflexão e de práticas pedagógicas planejadas com a intenção da construção de valores democráticos, com o intuito de despertar uma disposição interna à participação ativa na sociedade.

Cabe salientar ainda a importância da formação dos professores que atuam nas escolas, no presente caso nas que se posicionam como escola aberta. Eles desenvolvem as práticas pedagógicas mantendo liberdade para trabalhar com os alunos em contato constante com a comunidade, valendo-se do que nela existe para explorar o conhecimento já acumulado pelos mesmos.

A EMEB Mutirão se destacou das demais escolas da Rede Municipal de Ensino de Lages, por ter compreendido, desde a sua criação, que era possível fazer diferente com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, de constituir-se como 'escola aberta'. Os professores desenvolveram estas práticas dentro do espaço da escola, um ajudando o outro no que dizia respeito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos.

Jacomini (2010, p.198) reforça o caráter de mediação e articulação do todo, que cabe ao presente estudo:

[...] Embora o diretor seja o responsável pela condução da escola, não pode sozinho romper com as amarras características do funcionamento burocrático dos órgãos do sistema educacional. Daí a importância de ele ser capaz de articular os diversos segmentos que compõem a escola para atuarem em conjunto na reivindicação das condições materiais e organizacionais a serviço do projeto pedagógico.

No ano de 1994 o ensino na Rede Municipal de Lages adotou como concepção metodológica de educação a sócio-interacionista. Além de constituir-se como um método diferenciado de aprendizagem, contando com a bagagem sócio-histórica do aluno, mensalmente estes recebiam novas apostilas e o professor participava de cursos de formação para colocar em ação essa nova forma de ensino.

[...] o Projeto Educação que consiste num amplo sistema de gerenciamento pedagógico, envolvendo informação e descentralização da gestão do ensino público; com assessoramento permanente dos docentes, trocas de experiências e aquisição de livros didáticos para o professor, possibilitando o aprofundamento teórico-prático dos mesmos, embasados na concepção sociointeracionista e distribuição bimestral de apostilas, gratuitas e consumíveis, para os alunos do Pré à 4ª série (EDUCAÇÃO EM REVISTA, 1994, p. 8-9).

Nesse período o governo municipal implantou a gestão democrática dentro das escolas municipais, sendo que até então o poder estava centrado na figura dos gestores das mesmas. Com o passar do tempo, a diretora da EMEB Mutirão foi propiciando autonomia para os professores resolverem os problemas de comportamento manifestos no cotidiano dos alunos, diretamente com os pais. *“O professor deve sempre ouvir os alunos e os pais, o que tende a evita as reclamações no gabinete, as vezes o fato do professores dar atenção já resolve o problema”* (ATA de 19 de set. de 1996). Continuando, registra a ata: *“Quando o professor observar algum problema mesmo que o aluno não seja seu, tomar providências que o caso requer”* (ATA de 11 de dez. de 1996).

Todos os professores e funcionários da EMEB Mutirão eram, à essa época, responsáveis pelos alunos da escola como um todo, intervindo junto aos mesmos independentemente de a qual turma pertencessem, sempre que necessário. Isto ajudava no bom funcionamento da escola na sua integralidade, descentralizando as tomadas de decisões em relação aos problemas que ocorriam dentro da escola e nas salas de aula.

A operacionalização desta problemática pressupõe uma nova política na forma de gestão, que hoje centra-se no papel do diretor da unidade compartilhando esta função com o Conselho Deliberativo Partidário formado por pais, alunos, professores e funcionários” (EDUCAÇÃO EM REVISTA, 1994, p. 14).

De acordo com a iniciativa do poder público municipal e o relato da revista Educação de 1994, pode-se constatar que o processo de democracia e participação efetivou-se no campo da educação, à época, no município de Lages.

Observa-se que as mudanças se efetivavam num processo de continuidade. A construção do muro, que desconfigurou a concepção de escola aberta, se justificou por haver a preocupação com a segurança dos alunos. Pensava-se que, com a escola cercada, os alunos estariam mais seguros, devido ao grande número de matrículas na escola e o conseqüente aumento do contingente de alunos, em função do crescimento da comunidade.

Na análise das atas pode-se perceber a união e o comprometimento que a escola e a comunidade tinham para com os alunos. Um exemplo disto foi a luta pela construção do muro, quando ambos não mediram esforços, solicitando ajuda a quem imaginaram que poderia contribuir. Percebe-se que a diretora da escola, juntamente com a comunidade, fazia todo o movimento necessário para levantar a verba que precisavam, buscando parcerias com outros membros da sociedade para garantir o bom andamento da escola e a segurança necessária para os alunos.

[...] o compartilhamento da gestão não significa (e nem implica) a substituição do gestor e de suas responsabilidades. A participação da população não deve ser para substituir o Estado, mas para fiscalizá-lo e fazer com que ele cumpra seus compromissos constitucionais. (GOHN, 2007, p. 44).

Sabe-se que a gestão escolar exerce papel importante de mediação tanto interna como externa. Assim, faz-se necessário que haja especial atenção à complexidade e diversidade das relações pedagógicas e humanas, primando por consensos coletivos e valorizando e respeitando o tempo e iniciativas individuais de cada integrante da escola e da comunidade.

A título de finalização pode-se observar que a constituição da EMEB Mutirão, em suas práticas pedagógicas, e associada diretamente à formação do Bairro Habitação, com suas necessidades e preceitos, caracterizou-se efetivamente como uma ação democrática. Na investigação sobre suas origens, os documentos evidenciam a relação

direta da concepção de educação implantada na EMEB Mutirão, com a efetivação de sua prática pedagógica libertadora, voltada para a constituição de sujeito autônomo, criativo, autor de seus atos.

Concluindo, a concepção de escola adotada se alicerçou em autores consagrados, como estudiosos da História da Educação brasileira, permitindo que o modelo de escola fosse idealizado pelo conjunto da população do Bairro Habitação, de especialistas na área educacional e do poder público municipal.

Concluindo

A análise documental realizada no presente estudo constituiu-se como um desafio, visto que muitos documentos foram extraviados e, ainda, alguns registros sobre a construção da EMEB Mutirão, bem como do Bairro Habitação, mostraram-se controversos. Além disto, o material documental apresentou contradições em relação aos relatos orais espontâneos e esporádicos do cotidiano, bem como observações empíricas, na vivência, por 22 anos, desta pesquisadora. Confirma-se, assim, o valor da pesquisa com base em documentos, que legitimam os fatos realmente ocorridos como elementos da historicidade de eventos.

Neste sentido cabe salientar a importância do resgate histórico por meio de pesquisa científica, uma vez que este traz à luz os fatos do passado ao mesmo tempo em que se podem organizar os projetos para o futuro.

Os registros encontrados mostram que a EMEB Mutirão veio se redimensionando ao longo do tempo, reformulando suas ações, contando com a participação da comunidade, de acordo com seus anseios e interesses pelos projetos de construção e melhorias, elaborados em conjunto com a população do Bairro Habitação.

Visto que essa escola sempre foi campo de experimentos, a começar pelo *layout* do prédio, e principalmente pelas práticas pedagógicas desenvolvidas desde sua concepção, temos a considerar uma questão fundamental: na pesquisa documental, principalmente por meio das atas, ficou evidente que o auxílio financeiro provinha de diversas promoções organizadas pelos moradores do Bairro Habitação, juntamente com

os funcionários da EMEB Mutirão, sendo que a comunidade e políticos locais se uniram em torno da realização de projetos estabelecidos pela escola e comunidade. Caracteriza-se aí um processo comunitário nitidamente democrático, participativo.

Quando se estuda a sociedade, em qualquer de suas dimensões, fica evidente que as mudanças se dão a partir de muitos fatos que dependem desde as tendências sócio históricas mais amplas, até os interesses de pequenos grupos. O período histórico de 1981 a 1996, aqui estudado, foi emblemático em nosso País, tendo sido marcado por uma transição de governos ditatoriais para uma sociedade democrática.

Com este pano de fundo, a prática educativa libertadora de Paulo Freire tomou um lugar importante em Lages, com características de luta, uma vez que propunha uma transformação apropriada e radical no combate aos princípios autoritários adotados pelos governos militares que então assumiam o poder. Democracia traz em seu bojo a participação coletiva nas decisões, exatamente o que ocorreu com a construção do bairro Habitação e da EMEB Mutirão.

O estudo aqui exposto traz em seu bojo o que pode significar para um grupo social a oportunidade da construção de um futuro, forjado no presente, com base num passado cientificamente recordado, tendo como fundante a prática da construção conjunta, como princípio da convivência democrática. Faz-se fundamental que ele possa servir para a continuidade do processo de existência da EMEB Mutirão, alicerçando novos projetos que, mesmo sendo diferentes, porque circunstanciados em outros momentos históricos, possam se ancorar em sua historicidade, valorizando uma identidade construída, tendo como base o sentido da humanização da sociedade.

Referências

BARDIN, Laurence, **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. França: Presses Universitaires de France, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? São Paulo: Brasiliense, 2001.
Bras. Educ. [online]. 2006, vol.11, n. 32, pp. 328-339. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000200011>> Acesso em 20/02/2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um encontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação como prática para a liberdade**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso**. 5 ed. Campinas: Papirus, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MUTIRÃO. Ata 01 de 21 de fev. de 1989. Livro: Reunião Pedagógica, p. 15-16.

_____. Ata 04 de 19 de set. de 1996. Livro: Reunião Pedagógica, p. 61-62.

_____. Ata 05 de 11 de dez. de 1996. Livro: Reunião Pedagógica, p. 63-64.

JACOMONI, Marcia Aparecida. **Educar sem reprovar**: São Paulo: Cortez, 2010.

Lei de Diretrizes de Bases n. 9.394/96 20/03/1996. Artigo 23 dá autonomia para a escola se organizar conforme as necessidades (ciclos).

MARQUES. B. et al. **O sistema nacional de educação**: em busca de consensos. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/imagens/pdf/marques_nogueira_grossi.Pdf>. Acesso em: 20/04/2013.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

Prefeitura do Município de Lages. Projeto EducAção: uma inovação no ensino de Lages. **Educação em Revista**, n. 02, pp. 8-9, 1994.

_____. Prefeitura do Município de Lages. Projeto EducAção: uma inovação no ensino de Lages. **Educação em Revista**, n. 03, p. 14, 1994.